

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*.

1 Contexto operacional

A Dimed S.A. Distribuidora de Medicamentos ou “Dimed” e suas controladas (conjuntamente) a “Companhia”, sediada em Eldorado do Sul / RS, tem como atividades básicas o comércio de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos. Para suportar suas vendas, a Dimed conta com centros de distribuição nos Estados do Rio Grande do Sul e Espírito Santo, além de 369 lojas distribuídas entre os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e São Paulo.

A controladora é uma sociedade anônima listada na BM&F BOVESPA (“PNVL3”, “PNVL4”).

O Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda., empresa controlada, atua no segmento industrial, produzindo uma vasta gama de produtos nos segmentos de cosméticos, alimentos, medicamentos e terceirização de produção. A Empresa é responsável pela maior parte da produção da linha de produtos da marca própria da rede de farmácias da Dimed.

A controlada Dimesul Gestão Imobiliária Ltda. tem por objetivo a compra, venda, intermediação, loteamento, arrendamento, aluguel, gestão e administração de imóveis próprios ou de terceiros, com vistas a centralizar e otimizar a administração dos imóveis da Dimed.

A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2017.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão relacionadas nos subitens descritos abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de elaboração das demonstrações financeiras

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de determinadas estimativas contábeis que afetam os saldos das contas patrimoniais e de resultado, assim como o exercício de julgamento por parte dos membros da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Dimed. Os reflexos mais significativos nas rubricas contábeis que envolvem o uso de estimativas ou que requerem julgamentos de maior complexidade estão divulgados na Nota 3.

a. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards (IFRS)) emitidos pelo International Accounting Standards Board.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

b. Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.2 Consolidação

a. Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

(i) Controladas

Controladas são as entidades na qual a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. As controladas são totalmente consolidadas, sendo incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas as empresas Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda. e Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.

Das transações realizadas entre as empresas controladas e a controladora, os saldos das contas, as receitas e despesas decorrentes destas transações, bem como os correspondentes lucros, são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Dimed.

2.3 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para os principais tomadores de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, sendo de responsabilidade deste as principais decisões estratégicas da Dimed.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Controladora e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

A Dimed classifica seus ativos financeiros como empréstimos e recebíveis e ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Dimed compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 7), "Contas a receber de clientes" (Nota 8) e "Demais contas a receber".

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Dimed e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados na demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que a Dimed tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no “resultado financeiro”.

A Dimed avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo ou grupo de ativos financeiros. A análise para evidenciar se há *impairment* das contas a receber de clientes está descrito na Nota 2.6.4.

2.6.3 *Compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Dimed reportou no balanço patrimonial o valor líquido da compensação dos valores de aportes de fornecedores registrados originalmente no passivo, onde são registrados os recebimentos de verbas através de depósito, descontos ou bonificações com a conta corrente de verbas registrado no ativo, onde são registrados os títulos emitidos contra os fornecedores, o valor líquido foi registrado no ativo na linha “Demais contas a receber”.

2.6.4 *Impairment de ativos financeiros*

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. São adotados os seguintes critérios para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment*:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (iv) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (v) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Inicialmente a Dimed realiza análise para verificar se existe evidência objetiva de *impairment*, em caso positivo, o montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Dimed pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Dimed. As contas a receber de clientes na sua totalidade possuem curto prazo de recebimento, não possuindo caráter de financiamento e são consistentes com as práticas de mercado, sendo classificados no ativo circulante e, por não representar ajustes significativos ou relevantes nas demonstrações financeiras, não são trazidas a valor presente.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo menos a provisão para devedores de liquidação duvidosa (*impairment*), pela provisão de encargos de cartão de crédito e descontos financeiros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para perda, se necessária.

2.8 Estoques

Os estoques são demonstrados ao menor valor entre o custo médio de aquisição e o preço de mercado ou valor líquido de realização, incluindo as provisões para cobrir eventuais perdas, quando consideradas como necessárias pela Administração.

2.9 Imobilizado

Os bens do imobilizado são avaliados pelo valor do custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear e levam em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens e seu valor residual. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriados, no fim de cada exercício.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor

contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos ou seus valores reavaliados a valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrado na Nota 13.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.10 Intangível

Os ativos intangíveis são representados pela locação de ponto comercial, marcas e patentes e direito de uso de *softwares*. Os valores registrados como ponto comercial são os desembolsos iniciais realizados pela Dimed para obter a cessão de uso de determinado estabelecimento onde ficará localizada a filial. São mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada calculadas pelo método linear com base na vida útil econômica conforme descrito na Nota 14.

2.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

2.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a

Dimed tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Dimed tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e que o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvidas, sendo analisada a natureza de cada risco, com base no parecer dos advogados da Dimed, atualizados nas datas de balanços. Os valores provisionados por natureza dos riscos estão descritos na Nota 23.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa temporal do dinheiro e de riscos específicos na obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação a todas as diferenças temporárias tributáveis, de forma que seja reconhecido sobre as diferenças que resultarão em valores a serem adicionados no cálculo do resultado tributável de exercícios futuros, quando o valor contábil do ativo ou passivo for recuperado ou liquidado.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço da Companhia e que geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações

em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

2.15 Benefícios a empregados

a. Participação nos lucros

A Companhia remunera seus colaboradores através do programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), onde são estabelecidas metas específicas do negócio, tendo como variáveis metas de vendas, rentabilidade dos produtos, despesas operacionais e lucro antes do Imposto de Renda. Esta remuneração é reconhecida como um passivo e uma despesa (como vendas ou administrativa) de participação nos resultados quando as metas pré-estabelecidas forem atingidas.

b. Outros benefícios a empregados

Além da remuneração fixa concedida aos empregados e administradores (salários, contribuições previdenciárias, FGTS, 13º salário e férias), são disponibilizados plano de saúde privado, auxílio farmácia e auxílio creche, sendo registrados no resultado do exercício com base em regime de competência, à medida que ocorreram.

2.16 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, caso ocorram, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

O valor pago pela Dimed na aquisição de ações em tesouraria, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Dimed até que as ações sejam canceladas.

2.17 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Dimed. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Dimed.

A Dimed reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, quando é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades. A Dimed baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a. *Venda de mercadorias*

As receitas de vendas de mercadorias realizadas diretamente aos seus clientes ou através de seus centros de distribuição são reconhecidas quando os valores de venda sejam mensuráveis de forma confiável, quando os custos incorridos em relação à transação sejam mensuráveis de forma confiável, que seja provável que os benefícios econômicos serão recebidos e que os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao comprador.

b. *Prestação de serviços*

A Dimed presta serviços de venda de recarga de créditos para celular, aplicação de injeção e aferição de pressão aos seus clientes. A receita é reconhecida através do regime de competência.

c. *Ressarcimento com aportes*

São classificados como “Outras receitas operacionais, liquidas” os valores ressarcidos pelos fornecedores de custos com locação de espaços, verbas promocionais e despesas com propaganda e publicidade, sendo que o prazo médio de ressarcimento é de 30 a 60 dias. Este ressarcimento é reconhecido no momento de seu recebimento, pois não reúnem as condições necessárias quando são realizadas as vendas pela Companhia.

d. *Operador logístico*

A Dimed também presta serviços de operador logístico, gerenciando e executando todas as atividades logísticas, para atendimento do abastecimento de redes varejistas, quando estas adquirem mercadorias diretamente da indústria farmacêutica.

e. *Receita financeira*

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas financeiras da Dimed usualmente derivam de aplicações em que a taxa efetiva de juros está vinculada principalmente à variação do CDI (Certificados de Depósitos Interbancários).

2.18 Arrendamento mercantil

Financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Dimed os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Tais contratos são caracterizados como arrendamento mercantil financeiro, sendo os ativos adquiridos através destes registrados no imobilizado pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Estes ativos são depreciados pelas taxas mencionadas na Nota 13. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Operacional

Os contratos de locação de unidades comerciais da Dimed são classificados como arrendamentos mercantis operacionais, cujos custos são reconhecidos ao resultado do exercício como despesa operacional, conforme descrito na Nota 35.

2.19 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Dimed é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Dimed ao final do exercício, com base na legislação societária e Estatuto Social da Dimed, sendo que estes preveem que no mínimo 25% do lucro líquido do exercício social sejam distribuídos como dividendos. Os valores excedentes a este limite são destacados na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio excedente” no Patrimônio líquido, conforme demonstrado na Nota 26. Os juros sobre o capital próprio são computados aos dividendos do período conforme previsto no Artigo 24 do Estatuto Social da Dimed. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.20 Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações, emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2016 e não foram adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão abaixo apresentadas. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada.

Excluindo-se a contabilidade de hedge, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. Para contabilidade de hedge, as exigências são geralmente aplicadas prospectivamente, salvo poucas exceções.

A Companhia vem analisando os impactos na adoção e não espera alterações relevantes na

IFRS 15/CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes

A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é

exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida adoção antecipada.

A Companhia realizou avaliação preliminar dos impactos das novas normas, e não identificou impactos relevantes.

IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, IFRIC 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, SIC-15 Arrendamentos operacionais – Incentivos e SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento.

A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

A Administração está em processo de avaliação dos impactos, principalmente relacionados às operações de arrendamento de imóveis locados de terceiros (Nota 35). Trata-se de uma norma que requer uma avaliação criteriosa e controles apropriados para a definição dos contratos que se qualificam como arrendamento. Dada a complexidade da aplicação da norma e, até que seja adotada, poderá haver mudanças nas conclusões.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, diversas estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas nos estoques, avaliação das vidas úteis do ativo imobilizado, programa de fidelidade, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. As estimativas consideradas pela Administração como mais críticas, podendo trazer efeitos significativos nos saldos contábeis, estão descritas a seguir:

a. Provisão para perdas no estoque

A provisão para perdas no estoque é estimada baseada nos estoques das lojas e centros de distribuição cujos prazos de vencimentos estejam próximos ao término da validade, sendo considerado suficiente pela Administração frente ao risco da perda destes estoques.

b. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As estimativas para a realização de provisão para créditos de liquidação duvidosa são baseadas em controles por faixas de vencimentos, onde são considerados como risco de inadimplência através da análise individualizada por clientes.

c. Provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas

As estimativas para a constituição das provisões de contingências são analisadas pela Administração com base na opinião dos advogados da Companhia, onde são considerados fatores como a hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. A realização destas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados contabilmente dependendo do desfecho de cada processo judicial ou administrativo.

d. Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

As informações referentes a incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na nota explicativa nº 4.1 "a" Análise de sensibilidade.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela Controladoria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Controladoria, através do Departamento de Tesouraria, identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece os princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a. Risco de mercado

Risco de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo e do excedente de caixa investido em papéis pós-fixados, como CDBs. Os empréstimos tomados e investimentos às taxas variáveis expõem a Dimed ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos e investimentos emitidos às taxas fixas expõem a Dimed ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Durante o quarto trimestre de 2016 e 2015, os empréstimos e investimentos da Dimed às taxas variáveis e fixas eram mantidos em Reais.

A Dimed analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamentos alternativos, bem como novas possibilidades de investimento do excedente de caixa. Com base nesses cenários, a Dimed define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos e os ativos que representam as principais posições com juros.

Análise de sensibilidade

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade das taxas de juros nos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, que descreve os riscos que podem gerar variações materiais, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando período de 12 meses, seguido de dois outros cenários, sendo o cenário II uma possível variação de 25% nas taxas de juros e o cenário III uma variação de 50% nas taxas de juros, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08.

Índices	Operação	Cenário Provável (Cenário I)	Cenário II (variação 25 %)	Cenário III (variação 50 %)
CDI - %		12,25	15,31	18,38
TJLP - %		7,50	9,38	11,25
	Aplicações financeiras - renda fixa	1.452	1.815	2.178
	Financiamentos	9.679	12.098	14.521

b. Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes pessoas jurídicas e pessoas físicas, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades classificadas com *rating* mínimo "A" ou que possuam operações de reciprocidade com a Companhia. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente, através de reuniões semanais e sistemas eletrônicos. As vendas para clientes das filiais de varejo são liquidadas em dinheiro, cheque, convênios ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

c. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada corporativamente através do Departamento de Tesouraria, com base em informações fornecidas pelas unidades operacionais e pelo Departamento de Compras. A Tesouraria monitora as previsões de exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não ultrapasse os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais, por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para a administração do capital circulante, é administrado pelo departamento de tesouraria, que investe o excesso de caixa em contas correntes, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem adequada conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do relatório, a Companhia mantinha fundos de curto prazo de R\$ 11.849 (R\$ 7.734 em 2015) que se espera, gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data

contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são fluxos de caixa não descontados contratados.

Controladora				
	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos
Em 31 de dezembro de 2015				
Fornecedores	210.222	210.222	-	-
Financiamento BNDES Automático	6.987	3.830	3.157	-
Financiamento BNDES Finame	3.208	1.329	893	986
Financiamento BNDES Finem	43.759	8.474	6.688	28.597
Arrendamento Mercantil	1.489	717	772	-
Capital de Giro – Badesul	8.517	5.388	3.129	-
Debênture – Banco Bradesco	96.138	2.615	18.607	74.916
Total	370.320	232.575	33.246	104.499

Controladora				
	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos
Em 31 de dezembro de 2016				
Fornecedores	250.882	250.882	-	-
Financiamento BNDES Finame	1.690	1.105	278	307
Financiamento BNDES Finem	31.613	8.447	4.391	18.775
Arrendamento Mercantil	856	717	139	-
Capital de Giro – Badesul	2.694	2.694	-	-
Debênture – Banco Bradesco	88.795	18.652	13.955	56.188
Total	376.530	282.497	18.763	75.270

Consolidado				
	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos
Em 31 de dezembro de 2015				
Fornecedores	209.763	209.763	-	-
Financiamento BNDES Automático	6.987	3.830	3.157	-
Financiamento BNDES Finame	3.659	1.452	1.049	1.158
Financiamento BNDES Finem	43.759	8.474	6.688	28.597
Arrendamento Mercantil	1.489	717	772	-
Capital de Giro – Badesul	8.517	5.388	3.129	-
Debênture – Banco Bradesco	96.138	2.615	18.607	74.916
Total	370.312	232.239	33.402	104.671

Consolidado				
	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos
Em 31 de dezembro de 2016				
Fornecedores	250.242	250.242	-	-
Financiamento BNDES Finame	2.000	1.228	367	405
Financiamento BNDES Finem	31.613	8.447	4.391	18.775
Arrendamento Mercantil	856	717	139	-
Capital de Giro – Badesul	2.694	2.694	-	-
Debênture – Banco Bradesco	88.795	18.652	13.955	56.188
Total	376.200	281.980	18.852	75.368

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios as outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital

total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

A Companhia tem como estratégia de negócio manter sua alavancagem financeira em patamares baixos. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Total dos empréstimos (Nota 18)	87.703	107.492	87.973	107.878
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(21.903)	(14.229)	(22.340)	(17.002)
Dívida líquida	65.800	93.263	65.633	90.876
Total do patrimônio líquido	381.650	344.142	381.650	344.142
Total do capital	447.450	437.405	447.283	435.018
Índice de alavancagem financeira - %	14,71	21,32	14,67	20,89

5 Instrumentos financeiros por categoria

Segue abaixo tabela de classificação dos instrumentos financeiros da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	Empréstimos e Recebíveis		Empréstimos e Recebíveis	
	2016	2015	2016	2015
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	21.903	14.229	22.340	17.002
Contas a receber de clientes e outras contas a receber	196.812	203.830	199.902	208.784
	218.715	218.059	222.242	225.786
	Controladora		Consolidado	
	Outros passivos financeiros		Outros passivos financeiros	
	2016	2015	2016	2015
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Fornecedores	250.882	210.222	250.242	209.763
Empréstimos e financiamentos	87.703	107.492	87.973	107.878
Obrigações por arrendamento mercantil	856	1.572	856	1.572
	339.441	319.286	339.071	319.213

Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, de contas a receber de clientes e outras contas a receber, de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis.

O valor justo estimado para os empréstimos e financiamentos da Controladora e do Consolidado, em 31 de dezembro de 2016, era, respectivamente, R\$ e R\$ 87.303, calculado a taxas de mercado vigentes, considerando natureza, prazo e riscos e pode ser comparado com o valor contábil de R\$ 87.703 e R\$ 87.973.

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Contas a receber de clientes				
Grupo 1	91.816	85.923	91.816	85.923
Grupo 2	53.238	66.611	55.665	71.395
Grupo 3	29.335	26.290	29.335	26.290
Total de contas a receber de clientes	174.389	178.824	176.816	183.608

- **Grupo 1** – créditos a receber de administradoras de cartão de crédito.
- **Grupo 2** – clientes existentes sem inadimplência nos últimos 12 meses.
- **Grupo 3** – clientes existentes com algumas inadimplências nos últimos 12 meses, sendo que as inadimplências foram totalmente recuperadas.

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Taxa média (a.a. %)	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Recursos em caixa (filiais do varejo)	-	2.925	2.814	2.926	2.815
Depósitos bancários de curto prazo	-	7.295	6.330	7.565	6.453
Aplicações financeiras – renda fixa (*)	9,36	11.683	5.085	11.849	7.734
		21.903	14.229	22.340	17.002

(*) As informações sobre a liquidez dos fundos de renda fixa estão detalhados na Nota 4.

8 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Contas a receber de clientes	91.229	103.162	93.656	107.945
Contas a receber de cartão crédito	91.816	85.923	91.816	85.923
Menos provisão para encargos financeiros e taxa de cartão de crédito	(1.067)	(1.775)	(1.067)	(1.775)
Menos provisão para PCLD de contas a receber de clientes	(1.961)	(3.216)	(1.977)	(3.226)
Contas a receber de clientes, líquidas	180.017	184.094	182.428	188.867

A composição de contas a receber de clientes por vencimento:

	2016	2015
Até 30 dias	102.866	105.063
31 a 60 dias	42.188	47.471
61 a 90 dias	15.188	13.411
91 a 120 dias	6.756	6.535
121 a 150 dias	4.101	2.989
151 a 180 dias	1.799	1.689
Mais de 180 dias	1.491	1.666
	174.389	178.824
Vencidos		
Até 30 dias	3.758	4.244
31 a 90 dias	1.418	720
Acima de 90 dias	3.480	5.297
	8.656	10.261
Provisão para encargos financeiros e taxa de cartão de crédito	(1.067)	(1.775)
Provisão para crédito de devedores duvidosos	(1.961)	(3.216)
Total Controladora	180.017	184.094
Contas a receber clientes (Lifar)	2.381	1.206
Contas a receber clientes (Dimesul)	46	3.578
Provisão para crédito de devedores duvidosos	(16)	(11)
Total Consolidado	182.428	188.867

As movimentações da provisão para *impairment* de contas a receber estão demonstradas no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Saldo do início do exercício	(3.216)	(8.222)	(3.226)	(8.265)
Complemento de provisão	(1.026)	(1.319)	(1.036)	(1.320)
Valores baixados da provisão	2.281	6.325	2.285	6.359
	(1.961)	(3.216)	(1.977)	(3.226)

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do exercício como "Despesas de vendas". Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

As outras classes de contas a receber de clientes e demais não contêm ativos *impaired*.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

9 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Mercadorias para revenda	346.685	298.733	348.428	301.309
Produtos prontos	-	-	3.394	2.509
Matérias primas	-	-	2.123	2.046
Materiais de consumo/almoxarifado	3.054	3.180	3.109	3.209
(-)Provisão para perdas nos estoques	-	(1.218)	(17)	(1.233)
	349.739	300.695	357.037	307.840

O custo dos estoques reconhecidos no resultado da Dimed totalizou o montante de R\$ 1.610.765 na controladora e R\$ 1.608.447 no Consolidado em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 1.532.672 na controladora e R\$ 1.534.454 no consolidado em 31 de dezembro de 2015), conforme Nota 29.

Provisão para perdas nos estoque:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Saldo inicial	(1.218)	(1.850)	(1.233)	(1.887)
Complemento de provisão	(763)	(1.368)	(859)	(2.447)
Valores baixados da provisão	1.981	2.000	2.075	3.101
Saldo final do exercício	-	(1.218)	(17)	(1.233)

10 Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Imposto de renda - pessoa jurídica - IRPJ	4.274	1.815	4.928	2.651
Contribuição social sobre lucro líquido - CSLL	2.951	1.783	3.093	2.040
	7.225	3.598	8.021	4.691

11 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Circulante				
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	573	1.173	675	1.270
Programa de Integração Social - PIS	395	-	395	8
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.879	61	1.879	98
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	191	191	191	191
	3.038	1.425	3.140	1.567
Não Circulante				
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	1.719	2.019	1.719	2.019
	1.719	2.019	1.719	2.019

12 Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas estão demonstrados a seguir:

31 de dezembro de 2015									
	Capital social	Quotas possuídas (unidade)	% participação	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Saldo inicial em 1º de janeiro	Resultado da equivalência	Dividendos recebidos	Total do investimento
Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda.	500	499.999	99,99%	16.349	(829)	16.843	(1.223)	-	15.620
Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.	8.978	19.999	99,99%	22.132	5.523	16.609	5.522	-	22.131
						33.452	4.299	-	37.751
31 de dezembro de 2016									
	Capital social	Quotas possuídas (unidade)	% participação	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Saldo inicial em 1º de janeiro	Resultado da equivalência	Dividendos recebidos	Total do Investimento
Laboratório Industrial Farmacêutico Lifar Ltda.	500	499.999	99,99%	19.975	2.626	15.620	2.451	-	18.071
Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.	8.978	19.999	99,99%	22.981	2.950	22.131	2.950	(2.100)	22.981
						37.751	5.401	(2.100)	41.052

13 Imobilizado

a. Síntese da movimentação do ativo imobilizado da controladora

Controladora	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Computadores e periféricos	Veículos	Benfeitorias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014								
Custo	69.324	26.683	22.418	43.102	26.556	4.995	37.558	230.636
Depreciação acumulada	(863)	(2.139)	(8.616)	(16.111)	(14.556)	(1.732)	(10.033)	(54.050)
Saldo contábil líquido	68.461	24.544	13.802	26.991	12.000	3.263	27.525	176.586
Em 31 de dezembro de 2015								
Saldo Inicial	68.461	24.544	13.802	26.991	12.000	3.263	27.525	176.586
Aquisições	-	895	3.805	7.838	5.507	186	7.619	25.850
Baixas	(97)	(301)	(139)	(415)	(258)	-	(2.699)	(3.909)
Depreciações	(1.039)	(1.540)	(1.793)	(3.858)	(3.862)	(476)	(2.335)	(14.903)
Transferências	(491)	8	(8)	-	-	-	491	-
Saldo contábil líquido	66.834	23.606	15.667	30.556	13.387	2.973	30.601	183.624
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2015								
Custo	68.712	27.250	25.952	50.229	30.836	5.042	42.850	250.871
Depreciação acumulada	(1.878)	(3.644)	(10.285)	(19.673)	(17.449)	(2.069)	(12.249)	(67.247)
Saldo contábil líquido	66.834	23.606	15.667	30.556	13.387	2.973	30.601	183.624

Controladora	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Computadores e periféricos	Veículos	Benfeitorias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015								
Custo	68.712	27.250	25.952	50.229	30.836	5.042	42.850	250.871
Depreciação acumulada	(1.878)	(3.644)	(10.285)	(19.673)	(17.449)	(2.069)	(12.249)	(67.247)
Saldo contábil líquido	66.834	23.606	15.667	30.556	13.387	2.973	30.601	183.624
Em 31 de dezembro de 2016								
Saldo Inicial	66.834	23.606	15.667	30.556	13.387	2.973	30.601	183.624
Aquisições	19	2.710	2.911	11.298	6.478	-	6.792	30.208
Baixas	(923)	(1.716)	(485)	(1.258)	(509)	(39)	(418)	(5.348)
Depreciações	(1.015)	(1.614)	(2.063)	(4.507)	(4.495)	(391)	(2.696)	(16.781)
Transferências	-	(5)	-	5	-	-	-	-
Saldo contábil líquido	64.915	22.981	16.030	36.094	14.861	2.543	34.279	191.703
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2016								
Custo	67.725	27.685	27.271	57.944	34.933	4.642	49.051	269.251
Depreciação acumulada	(2.810)	(4.704)	(11.241)	(21.850)	(20.072)	(2.099)	(14.772)	(77.548)
Saldo contábil líquido	64.915	22.981	16.030	36.094	14.861	2.543	34.279	191.703

A tabela abaixo demonstra as taxas médias ponderadas de depreciação do imobilizado, as quais são revisadas anualmente:

	Taxa média depreciação (% a.a.)	
	2016	2015
Imóveis	1,7	1,7
Máquinas e equipamentos	6	6
Móveis e utensílios	9	9
Instalações	10	10
Computadores e periféricos	25	25
Veículos	20	20
Benfeitorias	7	7

b. Síntese da movimentação do ativo imobilizado do consolidado

Consolidado	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Computadores e periféricos	Veículos	Benfeitorias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014								
Custo	79.646	29.934	22.860	45.165	26.865	5.062	40.017	249.549
Depreciação acumulada	(5.512)	(3.745)	(8.889)	(16.456)	(14.779)	(1.763)	(11.650)	(62.794)
Saldo contábil líquido	74.134	26.189	13.971	28.709	12.086	3.299	28.367	186.755
Em 31 de dezembro de 2015								
Saldo Inicial	74.134	26.189	13.971	3 709	12.086	3.299	28.367	186.755
Aquisições	3	1.095	3.807	481	5.514	186	7.619	26.705
Baixas	(148)	(311)	(139)	(415)	(258)	-	(2.699)	(3.970)
Depreciações	(1.144)	(1.733)	(1.819)	(4.092)	(3.902)	(490)	(2.403)	(15.583)
Transferências	(491)	8	(8)	-	-	-	491	-
Saldo contábil líquido	72.354	25.248	15.812	32.683	13.440	2.995	31.375	193.907
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2015								
Custo	78.963	30.690	26.396	52.935	31.151	5.109	45.310	270.554
Depreciação acumulada	(6.609)	(5.442)	(10.584)	(20.252)	(17.711)	(2.114)	(13.935)	(76.647)
Saldo contábil líquido	72.354	25.248	15.812	32.683	13.440	2.995	31.375	193.907

Consolidado	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Computadores e periféricos	Veículos	Benfeitorias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015								
Custo	78.963	30.690	26.396	52.935	31.151	5.109	45.310	270.554
Depreciação acumulada	(6.609)	(5.442)	(10.584)	(20.252)	(17.711)	(2.114)	(13.935)	(76.647)
Saldo contábil líquido	72.354	25.248	15.812	32.683	13.440	2.995	31.375	193.907
Em 31 de dezembro de 2016								
Saldo Inicial	72.354	25.248	15.812	32.683	13.440	2.995	31.375	193.907
Aquisições	47	3.210	2.938	11.907	6.505	11	6.799	31.417
Baixas	(2.483)	(1.720)	(485)	(1.258)	(510)	(40)	(417)	(6.913)
Depreciações	(1.093)	(1.828)	(2.087)	(4.793)	(4.530)	(406)	(2.766)	(17.503)
Transferências	-	(5)	-	5	-	-	-	-
Saldo contábil líquido	68.825	24.905	16.178	38.544	14.905	2.560	34.991	200.908
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2016								
Custo	75.389	31.622	27.743	61.258	35.275	4.720	51.518	287.525
Depreciação acumulada	(6.564)	(6.717)	(11.565)	(22.714)	(20.370)	(2.160)	(16.527)	(86.617)
Saldo contábil líquido	68.825	24.905	16.178	38.544	14.905	2.560	34.991	200.908

A tabela abaixo demonstra as taxas médias ponderadas de depreciação do imobilizado, as quais são revisadas anualmente:

	Taxa média depreciação (% a.a.)	
	2016	2015
Imóveis	1,7	1,7
Máquinas e equipamentos	6	6
Móveis e utensílios	9	9
Instalações	10	10
Computadores e periféricos	25	25
Veículos	20	20
Benfeitorias	7	7

14 Intangível

a. Síntese da movimentação do ativo intangível da controladora

	Locação de ponto comercial	Software	Marcas e fórmulas	Total
Controladora				
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2014				
Custo	17.025	9.865	361	27.251
Amortização acumulada	(13.133)	(5.475)	(13)	(18.621)
Saldo contábil líquido	3.892	4.390	348	8.630
Em 31 de dezembro de 2015				
Saldo Inicial	3.892	4.390	348	8.630
Aquisições	848	4.416	-	5.264
Baixas	-	(58)	-	(58)
Amortizações	(1.159)	(1.336)	-	(2.495)
Saldo contábil líquido	3.581	7.412	348	11.341
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2015				
Custo	17.761	14.008	361	32.130
Amortização acumulada	(14.180)	(6.596)	(13)	(20.789)
Saldo contábil líquido	3.581	7.412	348	11.341
	Locação de ponto comercial	Software	Marcas e fórmulas	Total
Controladora				
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2015				
Custo	17.761	14.008	361	32.130
Amortização acumulada	(14.180)	(6.596)	(13)	(20.789)
Saldo contábil líquido	3.581	7.412	348	11.341
Em 31 de dezembro de 2016				
Saldo Inicial	3.581	7.412	348	11.341
Aquisições	265	5.844	-	6.109
Baixas	-	(7)	-	(7)
Amortizações	(864)	(1.911)	-	(2.775)
Saldo contábil líquido	2.982	11.338	348	14.668
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2016				
Custo	17.696	19.813	361	37.870
Amortização acumulada	(14.714)	(8.475)	(13)	(23.202)
Saldo contábil líquido	2.982	11.338	348	14.668

A tabela abaixo demonstra as taxas médias ponderadas de amortização do intangível, as quais são revisadas anualmente:

	Taxa média amortização (% a.a.)	
	2016	2015
Locação de ponto comercial	25	25
Software	18	18
Marcas e fórmulas	10	10

b. Síntese da movimentação do ativo intangível do consolidado

	Locação de ponto comercial	Software	Marcas e fórmulas	Total
Consolidado				
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2014				
Custo	17.024	9.935	514	27.473
Amortização acumulada	(13.133)	(5.492)	(157)	(18.782)
Saldo contábil líquido	3.891	4.443	357	8.691
Em 31 de dezembro de 2015				
Saldo Inicial	3.891	4.443	357	8.691
Aquisições	848	4.416	-	5.264
Baixas	-	(58)	-	(58)
Amortizações	(1.158)	(1.349)	(4)	(2.511)
Saldo contábil líquido	3.581	7.452	353	11.386
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2015				
Custo	17.761	14.079	514	32.354
Amortização acumulada	(14.180)	(6.627)	(161)	(20.968)
Saldo contábil líquido	3.581	7.452	353	11.386
Consolidado				
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2015				
Custo	17.761	14.079	514	32.354
Amortização acumulada	(14.180)	(6.627)	(161)	(20.968)
Saldo contábil líquido	3.581	7.452	353	11.386
Em 31 de dezembro de 2016				
Saldo Inicial	3.581	7.452	353	11.386
Aquisições	265	5.952	-	6.217
Baixas	-	(7)	-	(7)
Amortizações	(864)	(1.929)	(4)	(2.797)
Saldo contábil líquido	2.982	11.468	349	14.799
Saldo Inicial em 31 de dezembro de 2016				
Custo	17.696	19.992	513	38.201
Amortização acumulada	(14.714)	(8.524)	(164)	(23.402)
Saldo contábil líquido	2.982	11.468	349	14.799

A tabela abaixo demonstra as taxas médias ponderadas de amortização do intangível, as quais são revisadas anualmente:

	Taxa média amortização (% a.a.)	
	2016	2015
Locação de ponto comercial	25	25
Software	18	18
Marcas e fórmulas	10	10

15 Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Adições temporárias				
Provisão para perdas em estoque	-	1.218	17	1.233
Provisão para indenizações trabalhistas	4.586	4.878	4.625	4.917
Provisão para riscos cíveis	1.606	1.606	1.606	1.606
Provisão tributária	403	508	477	508
Provisão taxa cartão crédito e encargos financeiros	1.067	1.775	1.067	1.775
Receita diferida programa Fidelidade	3.953	4.657	3.953	4.657
Provisão para ajuste de valor de mercado em investimentos	176	176	176	176
Provisão dissídio	250	200	250	200
Provisão PLR	-	-	-	-
Total base de cálculo	12.041	15.018	12.171	15.072
Imposto de renda à alíquota 25%	3.010	3.754	3.042	3.768
Contribuição social à alíquota 9%	1.083	1.352	1.095	1.356
Total impostos diferidos ativos	4.093	5.106	4.137	5.124
Exclusões temporárias				
Reversão de provisão para créditos liquidação duvidosa	1.299	459	1.299	458
Ajustes decorrentes de arrendamento mercantil	1.598	1.147	1.598	1.147
Total base de cálculo	2.897	1.606	2.897	1.605
Imposto de renda à alíquota 25%	724	401	724	401
Contribuição social à alíquota 9%	261	145	261	144
Total impostos diferidos passivos	985	546	985	545
Total impostos diferidos líquidos	3.108	4.560	3.152	4.579

Com base nas projeções de resultados tributáveis futuros da Companhia e considerando a realização histórica dos ativos e passivos que originaram o saldo do imposto de renda e contribuição social, estima-se o seguinte cronograma de realização:

2016			2015		
Ativo			Ativo		
	Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado
2017	1712	1.736	2016	2.510	2.520
2018	349	354	2017	513	515
2019	349	354	2018	513	515
2020	349	354	2019	512	515
2021	349	354	2020	512	514
	3.108	3.152		4.560	4.579

16 Conciliação do imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	69.240	59.601	72.712	62.001
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal	(23.542)	(20.264)	(24.722)	(21.080)
Participação dos administradores - não dedutíveis	(854)	(454)	(854)	(454)
Outras despesas não dedutíveis	(358)	(288)	(403)	(708)
Receita com reduções de multa e juros Refis Lei 12.996				
Resultado de equivalência patrimonial	1.836	1.462	-	-
Juros sobre o capital próprio - benefício	5.610	4.759	5.610	4.759
Incentivos fiscais - Cultura - benefício	417	180	417	180
Incentivos fiscais - PAT - benefício	278	248	278	248
Incentivos fiscais - subvenção p/investimentos	408	-	408	-
Reversão do efeito da tributação lucro real na controlada cuja tributação é feita com base no lucro presumido	-	-	1.896	2.692
Tributação pelo regime de lucro presumido, utilizando-se a receita bruta de vendas para base de cálculo	-	-	(2.628)	(2.394)
Incentivos fiscais - inovação tecnológica - benefício	-	-	297	-
Efeito parcela isenta do adicional 10% IR - benefício	24	24	48	24
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(16.181)</u>	<u>(14.333)</u>	<u>(19.653)</u>	<u>(16.733)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(14.730)	(13.439)	(18.226)	(15.832)
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>(1.451)</u>	<u>(894)</u>	<u>(1.427)</u>	<u>(901)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(16.181)</u>	<u>(14.333)</u>	<u>(19.653)</u>	<u>(16.733)</u>

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Fornecedores nacionais	248.229	208.454	250.242	209.763
Fornecedores partes relacionadas	2.653	1.768	-	-
Total	<u>250.882</u>	<u>210.222</u>	<u>250.242</u>	<u>209.763</u>

18 Empréstimos e financiamentos

	Intervalo de Taxas (% a.a.)	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
BNDES Automático	TJLP + 2,40% a 4,30%	-	6.319	-	6.319
BNDES Finame	3,00% a TJLP + 3,40%	1.531	2.805	1.801	3.191
BNDES Finem	TJ462 + 3,55% a Selic + 4,55%	21.313	28.434	21.313	28.434
Capital de Giro - Badesul	CDI + 2,00%	2.500	7.500	2.500	7.500
Debênture – Banco Bradesco	CDI + 1,31%	62.359	62.434	62.359	62.434
		87.703	107.492	87.973	107.878
Circulante		28.661	20.104	28.778	20.221
Não circulante		59.042	87.388	59.195	87.657

Os contratos de empréstimo em vigor possuem cláusulas de vencimento antecipado, cujas mais relevantes encontram-se descritas a seguir:

- Inadimplemento das dívidas e/ou outros contratos com as instituições financeiras fornecedoras de crédito;
- Execução de medida judicial ou extrajudicial que possa afetar a capacidade de pagamento da Dimed;
- Transferência da dívida para terceiros, sem a anuência da instituição financeira fornecedora de crédito;
- Alterações no objeto social da Dimed ou alteração do controle societário sem que a instituição financeira manifeste, formalmente, sua anuência e manutenção dos convênios.

As garantias apresentadas para os financiamentos com o BNDES resumem-se a:

- BNDES Automático: notas promissórias assinadas pela Dimed nos valores dos recursos tomados;
- BNDES Finame: notas promissórias assinadas pela Dimed nos valores dos recursos tomados e alienação fiduciária dos bens financiados em favor do banco;
- BNDES Finem: aval dos sócios e hipoteca de terreno;
- Debênture – Banco Bradesco: Recebíveis de cartão de crédito.

Os saldos de empréstimos e financiamentos apresentados em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 estão apresentados pelo custo amortizado.

A abertura por data de liquidação dos respectivos empréstimos e financiamentos encontra-se na nota explicativa 4.1 (c) Risco de liquidez.

Tais transações ocorreram através de moeda corrente nacional.

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia está em *Compliance* com todas as cláusulas restritivas em seus contratos de empréstimos e financiamentos.

19 Impostos, taxas e contribuições a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Obrigações Sociais				
INSS a recolher	5.849	4.872	5.964	4.918
FGTS a recolher	1.829	1.516	1.863	1.545
Outras obrigações	69	58	69	58
Total	7.747	6.446	7.896	6.521

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Obrigações Fiscais				
IRPJ	-	-	238	791
CSLL	-	-	139	312
PIS	53	238	82	282
COFINS	249	1.101	387	1.307
IRRF	2.714	2.353	2.745	2.388
ICMS	12.845	14.502	13.961	15.633
Outras obrigações	175	200	254	371
Total	16.036	18.394	17.806	21.084

20 Participações a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Gratificações diretoria	3.209	1.808	3.209	1.808
Participação lucro funcionários	7.052	4.057	7.371	4.076
Total	10.261	5.865	10.580	5.884

21 Programa Fidelidade

A Companhia possui um programa de fidelidade chamado Fidelidade Panvel, onde são pontuadas as compras realizadas nas lojas da rede de Farmácias Panvel, pela tele-entrega “Alô Panvel” e/ou pelo site www.panvel.com.br. O critério de pontuação é que cada R\$1,00 (um real) em compras vale 3 (três) pontos, sendo que em 31 de dezembro de 2016 cada ponto corresponde a R\$ 0,003 (R\$ 0,004 em 31 de dezembro de 2015). Os pontos recebidos poderão ser trocados por produtos de perfumaria em todas as compras em qualquer loja própria da rede. O prazo de validade dos pontos é de um ano subsequente ao da compra, sendo zerados no ultimo dia do mês.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da receita diferida no Programa de Fidelidade é de R\$ 3.953 (R\$ 4.341 em 31 de dezembro de 2015) sendo classificado integralmente no curto prazo.

22 Obrigações por arrendamento mercantil

A Companhia possui obrigações originadas de contrato de arrendamento mercantil de aeronave, com prazo de 60 meses e taxa pré fixada de 0,87% a.m., sendo que o bem deverá ser adquirido no final do contrato pelo valor residual.

Em análise realizada pela Companhia este contrato foi classificado como arrendamento mercantil financeiro, sendo registrado como ativo imobilizado pelo custo histórico.

As obrigações de arrendamento são garantidas por meio de alienação fiduciária do bem arrendado.

	Controladora e Consolidado			
	Menos de um ano	De um a dois anos	De três a cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2015				
Arrendamento mercantil	717	772	83	1.572
Em 31 de dezembro de 2016				
Arrendamento mercantil	717	139	-	856

23 Provisões

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, em processos administrativos e judiciais. Quando aplicáveis, as demandas são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos.

Os processos que, na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, são considerados como perdas possíveis ou prováveis em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 estão apresentados a seguir. Os processos considerados como perdas prováveis estão provisionados.

Abaixo segue quadro das ações que estão provisionadas:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Cíveis	1.606	1.606	1.606	1.606
Trabalhistas	4.585	4.879	4.625	4.919
Tributárias	403	508	477	508
Não circulante	6.594	6.993	6.708	7.033
Depósitos judiciais	8.820	6.935	9.072	7.110

As movimentações das provisões para as ações cíveis, trabalhistas e tributárias estão demonstradas no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Cíveis				
Saldo no início do exercício	1.606	1.609	1.606	1.609
Novas provisões	300	-	300	-
Baixa por pagamento	-	(3)	-	(3)
Reversão	(300)	-	(300)	-
Saldo final	1.606	1.606	1.606	1.606

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Trabalhistas				
Saldo no início do exercício	4.879	5.565	4.919	5.604
Novas provisões	753	1.242	1.081	1.242
Baixa por pagamento	(1.008)	(1.894)	(1.336)	(1.893)
Reversão	(39)	(34)	(39)	(34)
Saldo final	4.585	4.879	4.625	4.919

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Tributárias				
Saldo no início do exercício	508	671	508	671
Novas provisões	700	300	780	300
Baixa por pagamento	(66)	(288)	(66)	(288)
Reversão	(739)	(175)	(745)	(175)
Saldo final	403	508	477	508

a. Cíveis

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2016, 2 ações judiciais de natureza cível consideradas possíveis, cujo valor estimado é de R\$ 5.034.

b. Trabalhistas

Nas provisões trabalhistas podemos destacar que as ações mais recorrentes nestes processos são por questionamentos de horas extras e diferenças salariais. A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2016, 218 ações de natureza trabalhista com risco possível, cujo valor estimado é de R\$ 5.999.

c. Tributárias

A Companhia possuía em 31 de dezembro de 2016, 2 ações de natureza tributária consideradas possíveis, cujo valor estimado é de R\$ 1.126.

24 Receitas diferidas – Subvenção/Investimentos

A Companhia recebeu em dezembro de 2011, a doação de área pública na zona urbana do município de Eldorado do Sul/RS, com metragem de 50.000 metros quadrados, destinado à construção das instalações de um novo Centro de Distribuição. Com base nas orientações do CPC 07, esta subvenção recebida foi classificada como ativo não monetário, tendo como base de registro contábil seu valor justo, tendo como reconhecimento inicial o valor de R\$ 5.026 no ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2011. Com base nesse critério, o reconhecimento dessa subvenção se deu em contrapartida em conta de passivo, de forma temporária, considerando que os benefícios econômicos ficam postergados para o momento de sua utilização e ainda vinculados ao cumprimento das obrigações expressas na Lei Municipal nº 3.067 de 13 de dezembro de 2011. Os principais compromissos assumidos com o município são: o retorno do ICMS, a ser verificado a partir do início das atividades, a contratação de 270 postos de trabalhos diretos e 25 postos indiretos e a transferência de licenciamento da sua frota de veículos. Ao fim do período de 5 (cinco) anos, caso seja verificado que não houve retorno por parte da Companhia, deverá ser recolhido o montante do valor total dos incentivos concedidos aos cofres públicos do município atualizados pelo índice IPCA (IBGE).

No 2º trimestre de 2014, foi complementada a doação de área pública neste município, com a metragem de 10.000 metros quadrados, registrado neste período pelo seu valor justo correspondente a R\$ 1.000 no ativo imobilizado da companhia. O reconhecimento do complemento da subvenção segue os mesmos critérios contábeis adotados no reconhecimento inicial da subvenção original.

No ano de 2015 foi reconhecido para o resultado o valor de R\$ 1.200 (R\$ 1.200 em 2014) como receita de investimento pelo cumprimento das metas estabelecidas para este ano.

Em 2016 foi reconhecido para o resultado o valor de R\$ 1.200 (R\$ 1.200 em 2015) como receita de investimento pelo cumprimento das metas estabelecidas para este ano.

25 Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia participa do programa Competitividade firmado com o Estado do Espírito Santo. Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores jurídicos, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas informações contábeis intermediárias.

26 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Dimed, pertencente inteiramente a acionistas domiciliados no país, em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 325.000 (R\$ 295.000 em 31 de dezembro de 2015) representado por 4.109.790 ações ordinárias e 449.523 ações preferenciais, todas da mesma classe e sem valor nominal.

As ações preferenciais terão as seguintes características e vantagens: a) terão direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o dividendo atribuído a cada ação Ordinária; b) terão direito de participar em igualdade de condições com as ações Ordinárias em distribuição, pela Companhia, de ações ou quaisquer outros títulos às vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas do Capital Social; c) terão prioridade no reembolso do capital social na eventualidade de liquidação da sociedade; d) as ações Preferenciais, qualquer que seja sua forma, não terão direito de voto nas reuniões da Assembleia Geral adquirindo contudo, esse direito, se não lhes for atribuído durante 03 (três) exercícios consecutivos, o dividendo previsto no artigo 24, letra “b” do Estatuto Social da Dimed S.A.; e) as ações Preferenciais serão irredimíveis e inconvertíveis em ações Ordinárias. Cada ação Ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Foi aprovado aumento de capital, através de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2016, no montante de R\$ 30.000, mediante a incorporação da parcela da conta reserva para aumento de capital no valor de R\$ 26.612 e parcela da conta reserva legal no valor de R\$ 3.388.

(ii) *Reserva de lucros*

(iii) *Reserva para futuro aumento de capital*

É constituída com o objetivo de incrementar os investimentos em capital de giro da Dimed nos projetos de expansão, prevista no Estatuto Social da Dimed em seu artigo 24, cláusula “c”. O aproveitamento do saldo desta reserva foi aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 29 de abril de 2016.

(iv) *Reserva legal*

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(v) *Dividendos e juros sobre o capital próprio adicionais aos propostos*

É constituído em relação ao excedente de dividendos mínimo de 25% obrigatório conforme previsão legal e aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária realizada em abril de 2016.

(vi) **Ações em tesouraria**

Corresponde ao entesouramento de 700 ações ordinárias nominativas (6.962 ações ordinárias nominativas em 2015), adquiridas ao custo médio de R\$ 189,34 (em unidade de reais) por ação (R\$ 189,34 em 2015). O valor das ações em tesouraria, calculado com base na data de encerramento do período, corresponde a R\$ 669,99. Os juros sobre o capital próprio não foram pagos ou creditados sobre estas ações.

(vii) **Remuneração dos acionistas**

Em conformidade com as disposições do Estatuto Social da Dimed, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido do exercício, considerando os ajustes previstos na legislação societária.

De acordo com a faculdade prevista na Lei 9.249/95, a Dimed calculou juros sobre o capital próprio com base na taxa de juros de longo prazo – TJLP vigente no exercício, de acordo com a tabela abaixo:

Provento	Evento	Deliberação	Montante (em mil R\$)	Valor em R\$ ação		Data prevista p/pgto
				ON	PN	
Juros sobre capital próprio - 1ª parcela	RCA	19/08/2016	2.167	0,470650	0,517715	31/08/2016
Juros sobre capital próprio - 2ª parcela	RCA	19/08/2016	2.167	0,470650	0,517715	30/09/2016
Juros sobre capital próprio - 3ª parcela	RCA	19/08/2016	2.166	0,470650	0,517715	31/10/2016
Juros sobre capital próprio - 1ª parcela	RCA	23/12/2016	3.334	0,724076	0,796484	31/03/2017
Juros sobre capital próprio - 2ª parcela	RCA	23/12/2016	3.333	0,724076	0,796484	28/04/2017
Juros sobre capital próprio - 3ª parcela	RCA	23/12/2016	3.333	0,724076	0,796484	31/05/2017
Total			16.500	3,584178	3,942597	

A opção pela distribuição de juros sobre o capital próprio reduziu a carga tributária da Companhia em torno de R\$ 5.710 (R\$ 4.760 em 2015), através da dedução do valor dos juros sobre o capital da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social.

O montante líquido dos juros sobre capital próprio pago ao longo do exercício de 2016, atende ao disposto nos artigos 201 e 202 da Lei 6.404/76 e art. 36 do Estatuto Social da Companhia.

O valor dos referidos juros foram imputados aos dividendos, sendo calculados como segue:

	Controladora	
	2016	2015
Lucro líquido do exercício	53.059	45.268
Reserva Legal (5%)	(2.653)	(2.263)
Reserva para incentivos fiscais	(1.200)	-
Base de cálculo dos dividendos	49.206	43.005
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	12.302	10.752
Juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos		
Valor bruto	16.500	14.001
Juros sobre o capital próprio em excesso ao mínimo obrigatório	(4.198)	(3.249)
Dividendos propostos	-	-
	12.302	10.752

27 Lucro por ação

a. Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

b. Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade considera que não possui efeitos de diluição de ações ordinárias ou preferenciais, pois não há opções de compra ou conversão destas ações.

	2016		
	Ordinárias (ON)	Preferenciais (PN)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	4.109.790	449.523	4.559.313
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	(700)	-	(700)
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	4.109.090	449.523	4.558.613
% de ações em relação ao total	90,14%	9,86%	100,00%
Numerador			
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	47.360.035	5.699.161	53.059.196
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	4.109.090	449.523	
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	11,53	12,68	

	2015		
	Ordinárias (ON)	Preferenciais (PN)	Total
Denominador			
Média ponderada da quantidade de ações total	4.116.052	449.523	4.565.575
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	(6.962)	-	(6.962)
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	4.109.090	449.523	4.558.613
% de ações em relação ao total	90,14	9,86	100,00%
Numerador			
Lucro líquido atribuível a cada classe de ações (R\$)	40.405.331	4.862.254	45.267.585
Média ponderada da quantidade de ações circulantes	4.109.090	449.523	
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	9,83	10,82	

As ações preferenciais recebem dividendos 10% superiores àqueles atribuídos às ações ordinárias.

28 Receitas

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Vendas brutas de produtos e serviços	2.242.319	2.095.363	2.260.023	2.109.176
Impostos sobre vendas	(94.574)	(91.547)	(105.067)	(98.555)
Devoluções e descontos incondicionais	(25.887)	(24.493)	(26.613)	(24.815)
Programa de fidelidade	389	220	389	220
Receita líquida	2.122.247	1.979.543	2.128.732	1.986.026

29 Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Custo das mercadorias vendidas	1.610.765	1.532.672	1.590.301	1.519.384
Custo dos produtos vendidos	-	-	18.146	15.070
	1.610.765	1.532.672	1.608.447	1.534.454

30 Despesas e participações por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Despesas com vendas				
Despesas com pessoal e serviços de terceiros	238.906	208.992	240.052	210.010
Despesas com aluguéis e <i>leasing</i>	75.919	68.182	73.222	63.289
Despesas com fretes	29.786	30.447	30.081	30.801
Despesas com taxas de cartão	26.470	24.718	26.470	24.718
Despesas com publicidade	11.133	10.059	11.359	10.370
Despesas com utilidades e serviços	20.846	18.860	20.913	18.881
Despesas com depreciação e amortização	15.788	14.070	15.823	14.106
Perdas de estoque	47.750	5.805	47.864	6.955
Participação dos empregados nos lucros	8.425	4.385	8.604	4.404
Participação dos administradores	3.053	1.618	3.053	1.618
Remuneração dos Dirigentes	272	-	272	-
Despesas com manutenção	3.664	3.777	3.671	3.783
Despesas com consumo	6.421	5.333	6.547	5.403
Despesas de viagens e representações	1.923	2.185	1.938	2.186
Despesas com material de embalagens	5.429	6.062	5.429	6.062
Outras despesas com vendas	6.135	6.683	6.845	7.094
	501.920	411.176	502.143	409.680
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal e serviços de terceiros	41.845	35.915	43.939	37.844
Despesas com aluguéis e <i>leasing</i>	274	224	186	226
Despesas com publicidade	-	14	-	14
Despesas com utilidades e serviços	365	516	414	561
Despesas com depreciação e amortização	3.840	3.280	4.003	3.437
Participação dos empregados nos lucros	1.099	474	1.286	495
Despesas bancárias	1.476	1.791	1.485	1.801
Participação dos administradores	362	197	362	197
Remuneração dos dirigentes	5.325	4.020	5.367	4.062
Despesas com manutenção	2.404	1.554	2.432	1.568
Despesas com consumo	241	182	290	195
Outras despesas administrativas	2276	1.785	2.352	2.033
	59.507	49.952	62.116	52.433

31 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Ressarcimento de custos com aportes(*)	105.067	98.965	105.067	98.965
Receita verbas de campanha	1.343	1.600	1.343	1.600
Receita extraordinária	1.283	2.130	1.718	2.143
Receita com aluguéis de imóveis	126	84	126	84
Vendas de ativo imobilizado	137	101	137	196
Recuperação de créditos	3.928	1.451	4.808	1.481
Ressarcimento de diferença de caixa	137	151	137	151
Custo vendas imobilizado	(4.579)	(1.752)	(6.153)	(1.800)
Deduções s/ outras receitas operacionais	(10.180)	(9.521)	(10.180)	(9.521)
Recuperação de custos	38	96	38	96
Receita com subvenção de investimento	1.200	1.200	1.200	1.200
Recuperação de sinistro	35.177	-	35.177	-
Ganhos redução multas e encargos Lei nº 12.996	-	-	-	-
Reversão de provisões constituídas	-	71	-	71
Recuperação Sinistro Lucro Cessante	2.108	-	2.108	-
Cessão de Direito	-	-	35	-
	135.785	94.576	135.561	94.666

(*) São classificados como ressarcimento de custos com aportes os valores recebidos pelos fornecedores pela locação de espaços, verbas promocionais e despesas com propaganda e publicidade.

32 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas financeiras				
Juros sobre ativos	1.981	2.412	3.066	4.102
Variações monetárias	45	340	76	528
Rendimento aplicações financeiras	1.861	1.101	2.347	1.419
Descontos financeiros obtidos	614	306	631	329
Impostos s/ receitas financeiras	(207)	(95)	(226)	(104)
	4.294	4.064	5.894	6.274
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	15.414	18.307	15.431	18.332
Juros sobre mútuos	2.122	970	-	-
Juros passivos	190	356	193	370
Encargos financiamento <i>leasing</i>	242	230	242	230
Descontos concedidos	6.959	8.654	7.405	8.864
Bonificações	198	249	232	285
Variação monetária	11	-	94	-
Outras despesas financeiras	1.159	315	1.172	317
	26.295	29.081	24.769	28.398

33 Transações com partes relacionadas

a. Saldos e transações

Os montantes das transações realizadas no ano de 2016 e 2015 pela Dimed com partes relacionadas estão sumariados a seguir:

	Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.		Laboratório Industrial e Farmacêutico Lifar Ltda.	
	2016	2015	2016	2015
Fornecedores	255	414	2.653	1.768
Partes relacionadas - mútuo	19.467	14.434	2.802	-
	Dimesul Gestão Imobiliária Ltda.		Laboratório Industrial e Farmacêutico Lifar Ltda.	
	2016	2015	2016	2015
Compra de mercadorias e serviços	-	-	27.164	18.426
Receita com prestação de serviços	2.935	5.014	-	-
Despesas financeiras	2.063	827	59	143

As transações comerciais entre as partes relacionadas são efetuadas por valores de venda de acordo com tabela de preços disponível ao mercado e prazos médios de 30 dias. O saldo referente ao contrato de mútuo é atualizado pela variação mensal da SELIC.

b. Remuneração do pessoal-chave da administração

No quadro abaixo, seguem informações da controladora sobre a remuneração dos administradores:

	Controladora	
	2016	2015
Remuneração fixa	5.597	4.020
Encargos sociais	1.567	1.126
Participação nos resultados	3.415	1.814
Total	10.579	6.960

Estes valores estão apresentados nas rubricas “Despesas com vendas e participações” e “Despesas administrativas e participações”, na demonstração do resultado e detalhados na Nota 30.

34 Ônus, garantias e responsabilidades

A Companhia possui imóveis penhorados, como forma de garantia para processos. A tabela abaixo indica a posição destas garantias em 31 de dezembro de 2016:

Matrícula nº.	Descrição do imóvel	Descrição do processo	Valor contábil aquisição (R\$ mil)	Valor contábil depreciação (R\$ mil)	Valor contábil residual (R\$ mil)
8.332	Fração de terras com área de 18.000 m² Br 101- São José – SC	Processo nº 039.96.001736-2/004 de 27/11/2008	710	-	710
57.271	Fração de terras com área de 50.000 m² em Fazenda Flor do Conde - Eldorado do Sul - RS	Hipoteca à favor do Badesul - título número 794.231 de 26/03/2013	5.026	-	5.026
58.355	Fração de terras com área de 10.000 m² em Fazenda flor do conde - Eldorado do Sul -RS	Ação Ordinaria nº 5044087-22.2015.4.04.7100/RS à favor da UNIAO - FAZENDA NACIONAL	2.178	-	2.178
7.026	Edificação - Rua do Comércio, 590 – Centro - Frederico Westphalen	Processo nº 049/1.05.0002079-1 de 25/10/2005	204	119	85
3.911	Edificação - Av. Plínio Brasil Milano, 02 – Higienópolis - POA - RS	Hipoteca à favor do Badesul - título número 794.231 de 26/03/2013	90	39	51
37.605	Edificação - Av. Otávio Rocha, 48 – Centro - POA - RS	Processo nº 0112100-22.2006.5.04.0010 ação trabalhista à favor de ANJAILA MACHADO de 14/03/2014	72	17	55
37.604	Edificação - Rua 24 de Outubro, 722 - Independência - POA - RS	Hipoteca à favor do Badesul - título número 794.231 de 26/03/2013	43	22	21

A Dimed possuía em 31 de dezembro de 2016 fianças bancárias em aberto, beneficiando terceiros. Essas fianças têm basicamente dois objetivos:

- Compras: alguns fornecedores exigem a emissão de fiança em seu favor como garantia para as compras efetuadas pela Dimed. É um procedimento comum no mercado.
- Processos administrativos e judiciais: fianças oferecidas como garantia para processos destas naturezas.

A tabela abaixo contém a abertura das fianças em vigor em 31 de dezembro de 2016:

Nº Contrato	Fiador	Beneficiária	Vencimento	Valor R\$ mil	Finalidade
1004161200475-00	Itaú Unibanco S/A	ROCHE (Fornecedor)	15/12/2017	1.800	Compras
2.043.205-5	Banco Bradesco S/A	FAZENDA PUBLICA FEDERAL	Indeterminado	850	Proc. Judicial nº 2009.71.00.035577-6
2.053.951-8	Banco Bradesco S/A	FAZENDA ESTADUAL DE SCA	Indeterminado	435	Proc. Administrativo nº 064.98.006082-0
2.067.962-P	Banco Bradesco S/A	NOVARTIS (Fornecedor)	04/01/2019	1.960	Compras

35 Contratos de locação de imóveis de unidades em operação

Em 31 de dezembro de 2016 a Dimed possuía 352 contratos de locação para suas unidades comerciais, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os contratos de locação das unidades comerciais são segregados em duas categorias: fixo e variáveis. Sendo que os contratos variáveis em geral possuem um valor mínimo, cabendo a Dimed a obrigação mensal, neste caso, do pagamento do maior valor entre os dois. Os valores mínimos dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação.

Os compromissos futuros, oriundos destes contratos, em 31 de dezembro de 2016 totalizam um montante mínimo de R\$ 502.362, assim distribuídos:

Exercício	Valor Fixo	Valor variável (estimado)
Até um ano	44.639	37.060
Mais de um até cinco anos	207.527	213.136

36 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguro que são contratadas considerando a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros contra veículos, incêndio, responsabilidade civil, transporte de carga e aeronaves, dentre outras. Segue abaixo o LMI (Limite Máximo de Indenização) das principais apólices contratadas:

Apólices	Valores em R\$ mil
Apólice de Veículos	Tabela FIPE + Danos Materiais + Danos Corporais
Apólices de Incêndio	R\$ 289.350
Apólices de Responsabilidade Civil	R\$ 31.100
Apólice de Transporte	R\$ 750 por transporte
Apólice Aeronave	R\$ 7.222

37 Informações por segmento

As Informações por Segmento estão sendo apresentadas de acordo com os relatórios gerenciais utilizados pelo Conselho de Administração, Órgão responsável pela tomada de decisões estratégicas da companhia, para a gestão do negócio. Os segmentos da companhia estão divididos em Varejo, Atacado e Corporativo, que contempla todos os gastos da estrutura administrativa, bem como o resultado financeiro.

	Varejo		Atacado		Corporativo		Dimed S/A	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Operações continuadas								
Receita líquida de vendas e serviços	1.759.532	1.515.165	362.715	464.378	-	-	2.122.247	1.979.543
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(1.277.367)	(1.103.193)	(333.398)	(429.479)	-	-	(1.610.765)	(1.532.672)
Lucro bruto	482.165	411.972	29.317	34.899	-	-	511.482	446.871
Despesas com vendas	-	-	-	-	(490.442)	(405.173)	(490.442)	(405.173)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	-	-	-	-	135.785	94.576	135.785	94.576
Despesas administrativas	-	-	-	-	(58.046)	(49.281)	(58.046)	(49.281)
Resultado em equivalência patrimonial em controladas	-	-	-	-	5.401	4.299	5.401	4.299
Lucro operacional antes do resultado financeiro	482.165	411.972	29.317	34.899	(407.302)	(355.579)	104.180	91.292
Resultado financeiro	-	-	-	-	(22.001)	(25.017)	(22.001)	(25.017)
Receitas financeiras	-	-	-	-	4.294	4.064	4.294	4.064
Despesas financeiras	-	-	-	-	(26.295)	(29.081)	(26.295)	(29.081)
Lucro operacional antes do imposto de renda, contribuição social e participações	482.165	411.972	29.317	34.899	(429.303)	(380.596)	82.179	66.275
Participações	-	-	-	-	(12.939)	(6.674)	(12.939)	(6.674)
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social	482.165	411.972	29.317	34.899	(442.242)	(387.270)	69.240	59.601
Corrente	-	-	-	-	(14.730)	(13.439)	(14.730)	(13.439)
Diferido	-	-	-	-	(1.451)	(894)	(1.451)	(894)
Lucro líquido do exercício	482.165	411.972	29.317	34.899	(458.423)	(401.603)	53.059	45.268